



Universidades Lusíada

Barbosa, Jorge Ferreira

Um olhar no património arquitectónico e histórico, da identidade e valor humano, à memória no tempo

<http://hdl.handle.net/11067/467>

Metadados

Data de Publicação	2013
Resumo	O Património, os Centros Históricos na sua essência fundamentam-se na identidade e valor. Isto requer autenticidade quer nos espaços públicos, ruas e praças, quer dos edifícios, assim como, das relações destes, entre si, e com as pessoas, numa cumplicidade e reciprocidade que resulte na harmonia entre o todo e as partes. Esta componente vertical do espaço exterior urbano, acima referida, e o modo como a percebemos e a vivemos tutela a verdade e o sentido do património, do seu significado, d...
Palavras Chave	Centros históricos, Lugar (Filosofia) na arquitectura
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FAA] RAL, n. 4 (1.º semestre 2013)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T09:53:50Z com informação proveniente do Repositório

BARBOSA, Jorge Ferreira (2012). "Um olhar no património arquitectónico e histórico, da identidade e valor humano, à memória no tempo". Revista Arquitectura Lusíada, N. 4 (1.º semestre 2012): p. 83-96. ISSN 1647-900

UM OLHAR NO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E HISTÓRICO, DA IDENTIDADE E VALOR HUMANO, À MEMÓRIA NO TEMPO

Jorge Ferreira Barbosa¹

RESUMO

O Património, os Centros Históricos na sua essência fundamentam-se na identidade e valor. Isto requer autenticidade quer nos espaços públicos, ruas e praças, quer dos edifícios, assim como, das relações destes, entre si, e com as pessoas, numa cumplicidade e reciprocidade que resulte na harmonia entre o todo e as partes.

Esta componente vertical do espaço exterior urbano, acima referida, e o modo como a percebemos e a vivemos tutela a verdade e o sentido do património, do seu significado, deste o seu tempo presente, para o futuro, sustentado pelas memórias que encerram estes "sítios".

PALAVRAS-CHAVE

Património; Centros Históricos; Identidade; Tempo e Memória.

ABSTRACT

The Heritage, the Historic Centers in its essence are based on the identity and value. This requires authenticity both in public spaces, streets and plazas, or buildings, as well as, their relations among themselves and with people in a complicity and mutuality that results in harmony between the whole and parts.

This vertical component of urban outdoor space, above, and the way we live and understand it rules the heritage meaning, its sense and true value since this present time, for the future, sustained by the memories that contain these "sites".

KEY-WORDS

Heritage; Historic Centers; Identity; Time and Memory.

Constatamos em diferentes momentos e em diversos lugares fortes vontades atuantes de forma vincada no património. Os Centros Históricos tornam-se património pelo seu valor intrínseco e potencial adstrito às suas valias de conteúdos históricos, arquitetónicos, culturais, sociais, ... neste contexto podemos, também, observar as Aldeias Históricas de Portugal, inicialmente em número de dez, passando a doze classificadas no mesmo âmbito concretamente Trancoso e Belmonte, e a ocorrerem candidaturas sucessivas para um aumento do seu número, todas localizadas na Beira Interior de Portugal.

As culturas locais nestes núcleos históricos, localizados na Beira Interior, foram objeto de um "pequeno ato" de revitalização / recuperação com uma relação intervencionada em assumir das diferenças intrínsecas que potenciaram na sua especificidade um sentido de lugar / identidade, de cada núcleo, também se vislumbram, ainda que levemente, nexos de continuidade enquanto intervenções com respeito pelo seu extrato histórico, e também, a tentativa, por vezes frágil destes núcleos históricos se reverem em si mesmos formando no

¹ Professor Doutor em Arquitectura. E-mail: arq.fbarbosa@gmail.com

todo um resultado geral e abrangente, que explicita a vontade de reviver a existência de uma memória coletiva que lhes confere uma afinidade latente, onde o particular e o pormenor, a espacialidade e a espiritualidade destes lugares tendem a concorrer para um todo unitário.

Esta identidade e espiritualidade “unitária” não constituirá por si só um ato perdurável com valor patrimonial² se for apenas ação construída para o presente. A sua materialização assimilada pelas memórias do indivíduo e pelas coletivas, enquanto ambiente comunitário – o património humanizado – pressupõe um quadro ideológico fundamental de referência que lhes confere a referida identidade.

Este quadro ideológico, teor patrimonial e esta identidade que lhe confere a denominação de Aldeias Históricas marcam o início da independência de Portugal, e a atestar estes fortes vínculos nacionais, observam-se os enfiamentos posicionais, á época, dos seus castelos e muralhas fronteiriços com Espanha, da tenaz resistência que permanece até aos nossos dias, das sólidas fortificações que se aguentaram às severas condições de sobrevivência, quer das guerras travadas, quer da dureza do clima, relevo e incúria das pessoas, ... no seu enquadramento histórico, o surgimento de grande parte destes lugares defensivos está ligado à Ordem dos Templários. Aliás Monsanto, Idanha-a-Velha, Sortelha, entre as demais, faziam parte de retaguardas defensivas ao avanço das campanhas militares. Conjuntamente com estes antecedentes históricos é de se notar que a fundamentação para a seleção destes lugares, assim como, um novo conceito envolve os seguintes critérios e são os seguintes:

- A existência de património arquitetónico, arqueológico e ambiental classificado;
- Unidade formal do tecido urbano e construído, com consistência arquitetónica e estética;
- Interesse histórico e cultural;
- Integração em percursos turísticos, ou culturais temáticos.

Embora esta base presida à formação e consolidação do conceito de AH e à sua escolha, é de se salientar que a Aldeia de Piódão não tem antecedentes históricos, castelo ou muralhas, como as restantes nove aldeias iniciais a esta classificação, assim como, Almeida sendo uma “Vila” com as respetivas características sócio culturais e dimensões retiram-na de “balizamento” de aldeia.

Presentemente a globalização e a “era da imagem” tendem a reduzir as culturas de identidade local a “singulares espaços turísticos” com estratégias de afirmação destes sítios na procura de visibilidade, mediatização, ou seja, criam-se os “objetos do património” e não património sob processos lógicos de concorrência entre si, a promover espaços e exposições temáticas, eventos e concursos de forma a manter ou gerar atrativos.

A atuação dos traços de modernidade tem vindo a criar nestes núcleos históricos atos comuns de procedimentos iguais a tantos outros lugares tais como: a renovação, a recuperação e a revitalização com os referidos “r”, pelo arquiteto Nuno Portas (Portas, 1992), o que é possível de ser entendido de atuação sobre o património, é de difícil apreensão por parte das populações que lá vivem.

² Cidades e Conjuntos Históricos, tornados património histórico por direito próprio, os centros e bairros históricos antigos manifestam atualmente uma imagem privilegiada, sintética e, de certa maneira, engrandecida, das dificuldades e contradições com que se confrontam a valorização do património edificado, e em particular a sua reutilização. Noutras palavras: a sua integração na vida contemporânea. CHOAY, 1999:194.



Marialva_1



Sortelha_2



Almeida_4



Idanha-a-Velha_3



Monsanto_5



Castelo Rodrigo_6

Fotos 1 a 6 - imagens, início deste séc. de alguns dos núcleos históricos, fonte: arq.vo pessoal do autor.

A valorização do que é tradicional, por vezes, foi sentida na comunidade local, como “input” exterior, sendo a conceção do património, associada a algo que corre o risco de “ser retrógrado”, lembrando os estados de carência, muitas vezes de vivências vizinhas, afetivas e nostálgicas, que só a recente desrularização, com o advento da modernidade alivia...

Estes estados de espírito das comunidades residentes devem-se ao desejo de acedem aos padrões de vida que se associem à ideia de progresso que é, por vezes, bem mais forte do que a vontade de preservar a cultura³ local, esta somente relevante por estar a ser esteticamente destacável pelos média e outros agentes exteriores a todo este mundo das aldeias, quer se trate de poderes oficiais, ou de uma recente opção de vida em Portugal; os neo-rurais em rutura com a tecnocracia e o anonimato da urbe.

A preservação da herança comum na esfera do património natural, humano e construído numa perspetiva de conservação de realidades do passado reveste-se de uma problemática dado apoiar-se numa concetualização formada num tempo diferente e, também, em contextos presentes; duas vertentes incontornáveis no património, que como ferramentas elementares de reflexão nesta temática carecem de meios elaborados que estabeleçam a transição entre este espaço-tempo entendido nestas duas constatações abaixo expostas, tais como:

A 4ª dimensão, o tempo, enquanto agente de transição de momentos diferentes, formando uma sucessão contínua de ações que se sobrepõem e unificam, sedimentando, as partes desse património num todo;

³ Ver para o efeito, Symbolic Interaccionism – Perspective or Method, Blumer, H., Ed.: Prentice Hall, Englewood Cliffs, 1969.

As marcas do tempo, dando carácter no presente, aqui estas são encaradas enquanto agente que confere, uma constatação em “real-time” do seu envelhecimento e da pátina, marcando traços fisionómicos que se vão gravando a seguir e sobre anteriores.

Tem sido muito no valor material e algo no valor simbólico atribuído no presente que se confere o carácter perene ou efémero ao património, passando o tempo presente a ter um significado sustentado na relação ao passado, dado que adquiriu um maior e intenso sentimento de perda e nostalgia. Os atos de intervenção⁴ e desenvolvimento nestas aldeias históricas, na medida em que estas são mais restritas e circunstanciais territorialmente, não deve significar que a sua leitura, entendimento e difusão não sejam de promoção dos amplos traçados na região, de carácter macro e abrangente, tendo agentes conetores institucionais, consubstanciam-se em entidades locais de fronteiras fluidas, sendo sempre sobrepostas em sentimentos de partilha e de pertença visíveis na esfera do simbólico, identidade e valores humanos a sedimentar laços que referenciam uma comunidade e carácter determinado ou, se quisermos, um sentido de lugar.

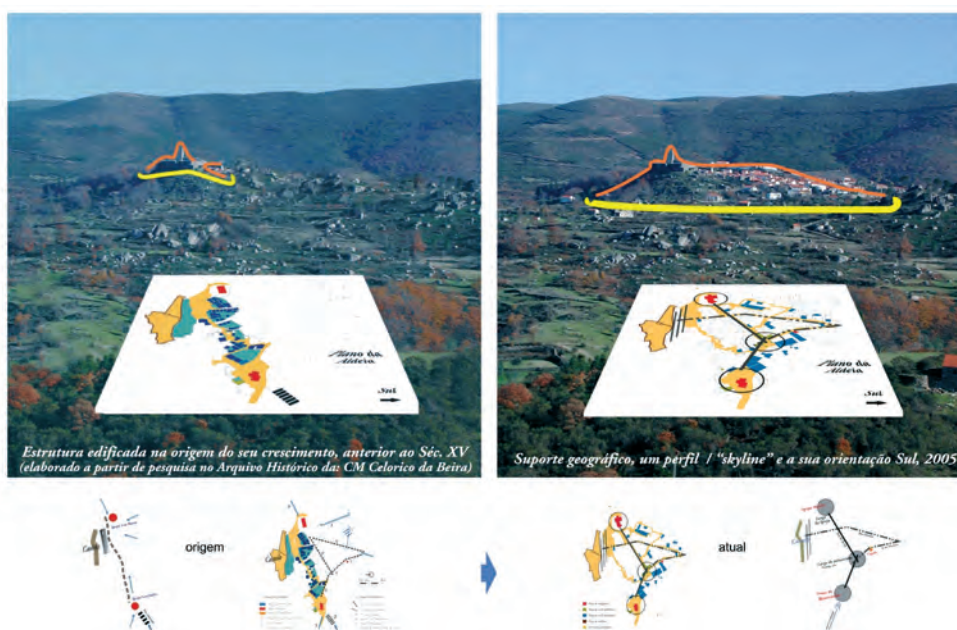


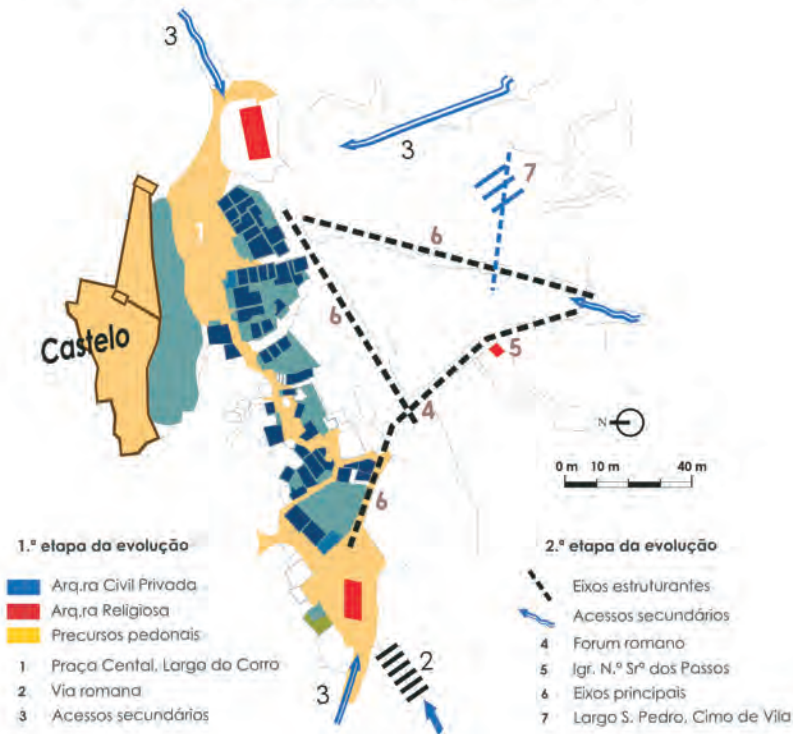
Fig. 7 - O Tempo como 4.^a dimensão, as suas marcas evolutivas e “landmark”.
 Fonte: do autor, a partir de pesquisa no Arq.vo Histórico de Celorico da Beira.

1. PATRIMÓNIO: DA MEMÓRIA NO TEMPO

Este espaço-tempo e a 4.^a dimensão abordada no ponto anterior, leva o momento desta consideração para exaltar reflexões sobre o lugar da memória no tempo e a consequente elaboração, do conceito de património que deste universo resulta e com coerência. De uma forma breve, e num enquadramento que nos parece pertinente abordar, uma vez que, estes temas, por si só, são motivo para a feitura de um tratado, neste sentido, da história e da atuação no presente, formam componentes com valores simbólicos, de carga afetiva que unidos elaboram um conjunto de relações entre si, formando o conteúdo, a forma e significado, memorizados através das épocas. Um sítio, os monumentos, e as marcas deixadas pelas pessoas, são assim um somatório de experiências, conhecimentos, acontecimentos e memórias temporais, por estas validadas.

⁴ Na intervenção sobre as AH – PPDR, Programa de Promoção do Potencial do Desenvolvimento Regional – verificou-se a prática sistemática de eliminação dos rebocos antigos, para pôr à vista as alvenarias de pedra, mesmo quando era óbvio o facto das paredes sempre terem estado revestidas.

**Estruturação urbana: a sua génese, antes do séc. xv
e o(s) conjunto(s) dos elementos que a(s) compõem(s)**



Planta da primeira estruturação da Aldeia Histórica - Linhares da Beira, criada (do n.º1 ao n.º3), antes Séc. XV
A evolução da estruturação urbana (do n.º4 ao n.º7, cor castanho), após Séc. XVI

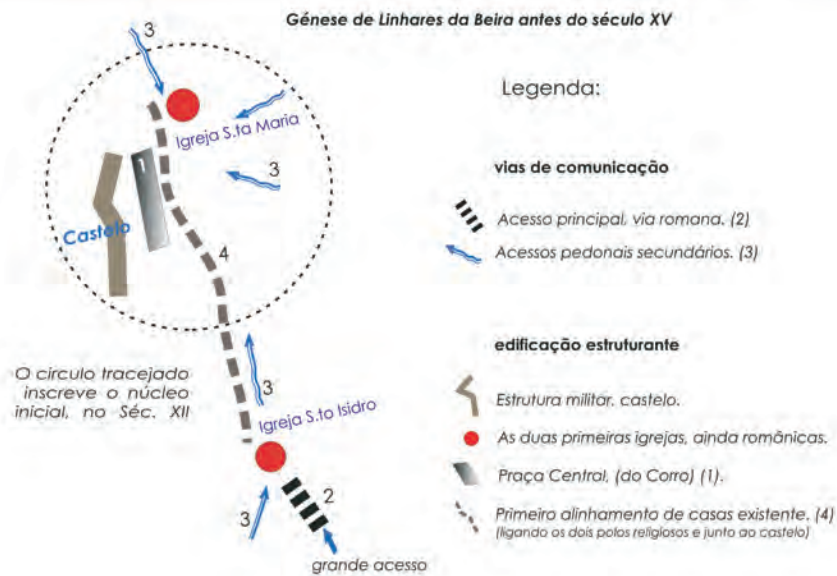
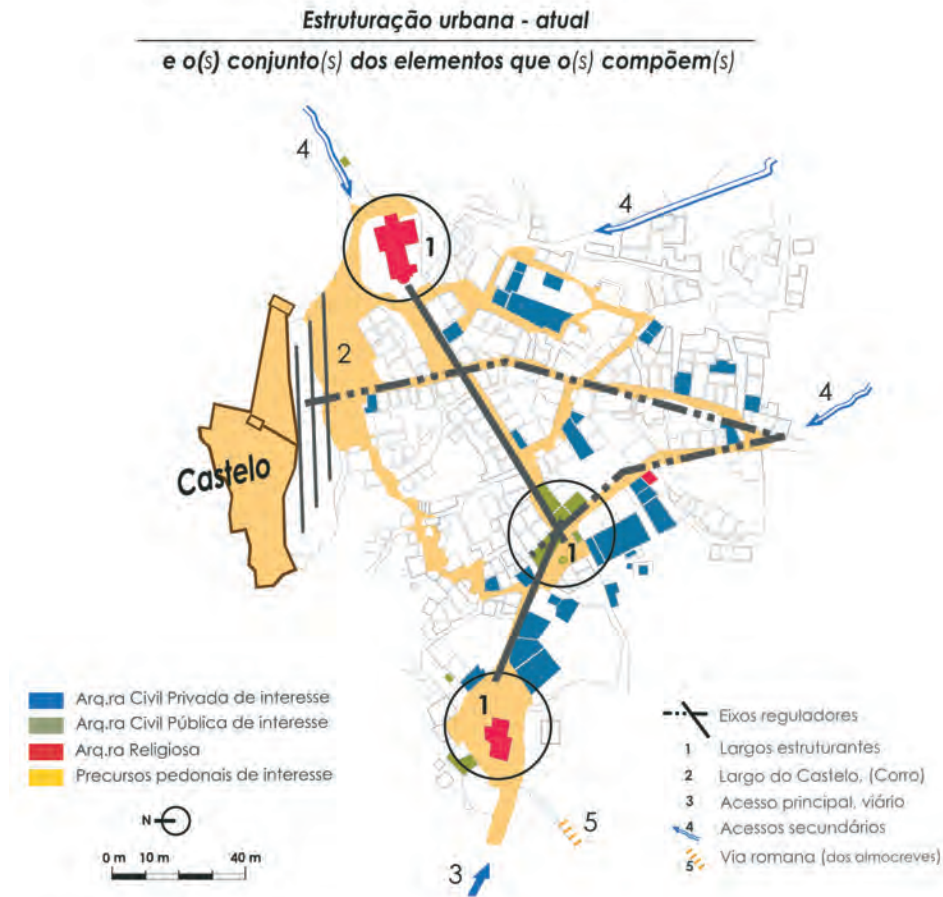


Fig. 8 - Estrutura inicial e suporte da matriz do lugar segundo os elementos da grande hierarquia religiosa e militar, ditando a génese e raiz deste património.

Fonte: do autor, a partir de pesquisa no Arq.vo Histórico de Celorico da Beira.



Aldeia Histórica de Linhares da Beira
Planta da evolução da estruturação urbana com a configuração consolidada atual

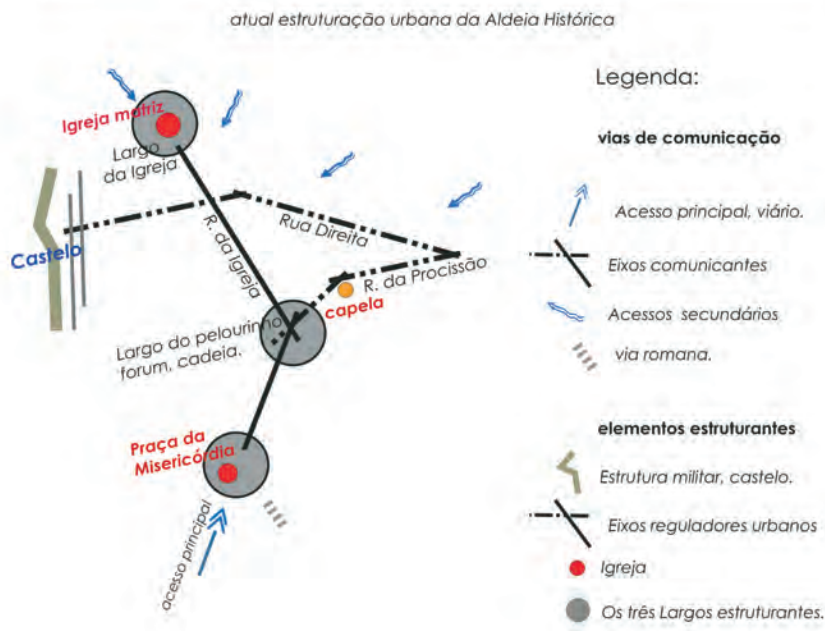


Fig. 9 - O sítio, os monumentos são assim um somatório de experiências, conhecimentos, acontecimentos e memórias temporais. Fonte: do autor.

Ora o passado forma o presente e inventa o futuro, isto porque, não poderíamos imaginar o futuro, sem acreditar em nada, sem recorrer à história e seus fundamentos mesmo com a capacidade do raciocínio e imaginação que nos é tão querida. Isto pressupõe uma base

de memória, e sem a qual a percepção seria infundada, sem o passado temos um vazio sem controlo. Como tal, a memória tem um lugar, e vive do permanente acesso que a “este lugar”, faz-se das lembranças. O esquecimento é a ausência destes gestos, é a mortalidade.

É Platão que nos diz; “a natureza mortal procura, na medida do possível, ser sempre e ficar imortal”⁵. O lugar da memória, é pois, o lugar da imortalidade. Em Platão o conhecimento é compreendido como reminiscência; é o amor do belo que desperta na alma as lembranças do conhecimento, das ideias perfeitas. Assim, também lembra Choay⁶, que “só a memória viva pode, em matéria patrimonial, garantir um uso legítimo à noção de autenticidade...”

A memória liga o passado ao presente, exibindo frontalmente a identidade e diferença, aponta-nos a repetição e, ou o modelo e possibilita que nos admiremos perante o novo, isto porque, identificamos como novo tudo aquilo que ao procurarmos como referências na memória não encontramos. Estas referências e banco de dados lembram-nos quem somos, o lugar que ocupamos e onde pertencemos.

Neste contexto, a autenticidade do património tem que ser verificada pela memória, também o é quando acreditamos, e a identidade conhece igual consideração quando sentimos que fazemos parte do lugar. Neste universo o Tempo é uma relação de oportunidades, e segundo Heidegger, numa conceção bastante original, considera o tempo a partir do futuro e não do presente, é considerado uma espécie de círculo em que a perspectiva do futuro é o que já passou, e por sua vez, o que já passou, perspectiva do futuro, no fundo, surge como uma ordem mensurável do movimento, o que apresenta neste ponto, algo semelhante à Antiguidade como o tempo cíclico, ou a Aristóteles, no seu conceito de tempo, definia-o como “o número do movimento segundo o antes e o depois”, que lembra a célebre e conhecida fórmula de Kandinsky: “amanhã = ontem + hoje”.

O património ao revestir-se destes fatores: o tempo e a memória, e deles faz parte e com os quais se dilui. Isto ultrapassa a invenção do conceito de património, nos finais do Séc. XVIII⁷, e evolui para um âmbito muito mais alargado do seu entendimento, que embora sendo muito bem apoiado nas Cartas e Recomendações Internacionais, parece-nos que só podemos abordar este universo com a sensação que ainda está em falta muito para se estudar e melhor o entendermos.

Várias são as noções que elaboram uma definição de património, sempre em evolução mesmo a nível histórico, do seu valor e suscetível de controvérsias, será um juízo de valor induzido pelo que é belo, harmonioso, evocativo e de atributos estéticos, todos tidos como certos para a sua época? Quem o produziu será que também o subjuga com a sua influência e apreciação?

Com certeza que aqui estão os parâmetros de índole histórica e qualitativa para legitimar a sua importância enquanto ato histórico e, como procuramos salientar, será sempre o referencial de enquadramento histórico e a época em que está a ser apreciado que determina o veredito, assim como, novos paradigmas estão emergentes. A nível da interpretação e seu significado, sente-se bastante este domínio sob a orientação política estruturada numa moldura mais ou menos descodificada, que se legitima no sentido da procura de ordem e disciplina.

⁵ Platão, O Banquete. Coleção Pensadores, São Paulo, Ed. Abril, 1972.

⁶ Choay, Françoise, Sept propositions sur le concept d`authenticité, Nara, Conference on Authenticity, Japan, 1994.

⁷ A expressão associada ao significado atual formou-se, em França, no seio de profanações iconoclastas e os devaneios que a pós-revolução alimenta de fervor literário. Assim, André Chastel apelida de “métaphore saisissante”, exalta assim, os valores nacionais, o homem e as ameaças obscuras pela integridade dos bens da comunidade e, do seu património – André Chastel, (1986:405-414) “La notion de patrimoine”, Les lieux de memoire, dir Pierre Nora, La Nation, Vol.II, Ed.: Gallimard, Paris – Tradução livre.

Há também, o ato subjugado à tutela da especulação, em muitos casos, sendo noutros a atitude do fachadismo⁸ que, apenas garante a fachada, ... e o resto será que desaparece nesta perversidade? Também se conta pelos maus excessos, a intromissão do “novo” sobre os valores quer do antigo, quer da memória, é o caso da cor nos centros históricos, edifícios, praças, monumentos classificados, em que a tendência do ravalement⁹ dá a prioridade à limpeza acrítica da pedra onde se removem os revestimentos antigos, todos, substituindo-se por novos, sem critério ou rigor, perdendo-se a verdade logo a partir da “epiderme”... e tudo passa a branco,... qual má interpretação dos aforismos de Le Corbusier, qual vã glória de mandar.

Para contrariar estas desvantagens, uma atual interpretação, deve inventar uma nova forma de reanimar o espetro cultural no presente, segundo a revitalização de uma “segunda vida” ao passado, reinventando novas ideias que permitam exaltar materialidades e práticas culturais expandidas e plasmadas em diferentes esferas de atuação.

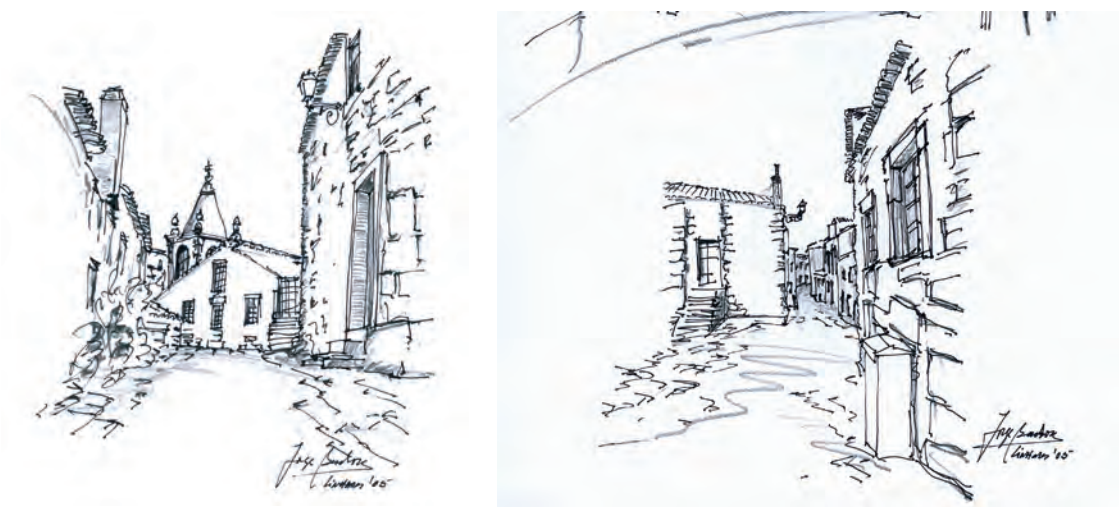


Fig. 10 e 11 - Intervenção com o respeito pelos valores de origem, exemplos expostos nas aldeias históricas. Fonte: do autor.

Como seu significado, o património, está entendido no domínio da autenticidade, sem margens para dúvidas e, por sua vez, esta constitui, naturalmente, a essência do património. É aqui que a questão entre a verdade e o falso se demarca com critérios de aferição de legitimidade para fundamentar a razão da identidade e, a consolidação do valor próprio do património, através da evidência dos seus conteúdos com: atualidade, de verdade, de integridade dos valores do património ou adjacentes a este.

Num último estágio e, evitando a repetição da descrição exaustiva de outras Cartas Internacionais, relembremos a Carta de Atenas, 1931, e a “segunda” versão de 1998. Com as ideias da escola italiana da conservação tendo como seu mentor Cesare Brandi¹⁰, com a sua

⁸ Para o ICOMOS, as alterações funcionais (a transferência de habitação para serviços, por exemplo) e de significado (perda de autenticidade patrimonial) provocadas por um fachadismo essencialmente especulador e culturalmente acrítico, parecem constituir hoje uma das mais sérias ameaças, ou condicionantes, à efetiva conservação do património Europeu. Assim organizaram-se duas importantes iniciativas, a primeira numa reunião de peritos (Bruxelas, Março de 1998) e, logo a seguir, um grande encontro (Paris, Janeiro de 1999), debatendo teoricamente o problema no sentido de informar a produção de alguma doutrina internacional para poder lidar, concetualmente, com este fenómeno generalizado.

⁹ Atitude e fundamento teórico, no século passado, defendia a “limpeza” dos revestimentos das fachadas de edifícios, quer por princípios “higienistas”, quer com vertente seguidora da índole moderna / racionalista, onde o branco significava: racionalidade, minimalismo e pureza.

¹⁰ Cesare, Brandi (1906-1988), Historiador de arte italiano, teórico, escritor, professor e poeta. Diretor do Instituto Central de Restauro, em Roma, a partir de 1939. Tem como principal obra: “Teoria do Restauro” influenciou todo o coletivo científico no mundo. O essencial da sua obra foi compilada por Michele Cordaro em: Cesare Brandi, Il Restauro, Teoria e Pratica, Editori Reuniti, Roma, 1996.

teoria do restauro crítico, emerge a Carta Internacional de Restauro, a Carta de Veneza, 1964, para a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios, sobre a Convenção do Património pela Conferencia Geral da UNESCO, surge a Carta del Restauro, 1972, a Carta Europeia do Património Arquitectónico, Amesterdão, 1975, a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, Granada, 1985, ou a Conferencia de Nara, Japão, 1994, estas últimas abordam a autenticidade, que em última análise “significa a soma de características substanciais, historicamente determinadas: do original até ao estado atual, como resultado de várias alterações que ocorrem no tempo”¹¹.

Sabemos que a arte faz-se por meio de processos cumulativos, também pela criação excecional, pelo único, com a produção singular, ou de grupos homogéneos. Será este o canal para se classificar e hierarquizar uma apreciação “elevada para arte”, mais ou menos, comparada com a produção de outros artistas, noutros tempos? neste processo dinâmico e de evolução, a paisagem construída, os percursos itinerantes, arte dramática,... são processos que deixaram definitivamente de serem considerados laterais e secundários?

A nível do sentido que atualmente adquire numa perspetiva global, a diferentes valores, emerge com dois séculos numa diferente apreciação no património: ao monumento, ao processo cultural, histórico e imaterial que envolve desde as lendas e lugares à própria língua, o património ecológico, da natureza, o genético e a recente metáfora do património no ciberespaço, uma imagética futura.

Numa breve reflexão, atualmente, depois de forte expansão nos anos 90, entendemos o cyberespaço à luz de duas perspetivas: como o lugar onde estamos quando entramos num ambiente virtual (realidade virtual), e como o conjunto de redes de computadores, interligadas ou não, em todo o planeta (videotextos, Internet...).

Aqui envolve-se o “tempo” e “memória”, os “espaços” e os “sítios”, manipulados virtualmente, então, encontra-mos uma recente linguagem no património em claro envolvimento com os temas supra citados.

Estamos a caminhar para uma interligação total dessas conceções do cyberespaço, pois as redes interligam-se entre si e, ao mesmo tempo, permitir a interação por mundos virtuais em três dimensões. O cyberespaço¹² é assim uma “entidade real”, parte vital da cybercultura planetária que está crescendo sob os nossos olhos, mesmo, sem ser uma entidade física concreta, sendo abstraída de territorialidade, é um espaço imaginário, este cyberespaço constitui-se num espaço intermediário. Ele não é desligado da realidade mas, ao contrário, parte fundamental da cultura contemporânea e, em parte, do património que se faz hoje, concorre para uma identidade e valor humano, padece da memória no tempo, das vantagens e desgaste que este último impõe!

2. PATRIMÓNIO: DA MEMÓRIA NO TEMPO, UM ENTENDIMENTO E UM SENTIR DESTA ENVOLVÊNCIA NAS ALDEIAS HISTÓRICAS

Não é o murmúrio dos agrupamentos de pessoas em excursões ou o movimento constante dos automóveis dos privados que fazem alterar a lenta monotonia destas comunidades que a história fez calar e transformar em montras onde se expõem casas, ruas, as suas gentes, com seus usos e costumes. Observar, entender e sentir esta contextualização do património

¹¹ Carta de Cracóvia, 2000, Anexo. Definições, ponto C.

¹² Como sabemos o termo “cyberspace” foi inventado pelo escritor “cyberpunk” de ficção científica William Gibson no seu monumental “Neuromancer” de 1984. O termo “cyberspace” é um espaço não físico ou territorial, que se compõe de um conjunto de redes de computadores através das quais todas as informações (sob as suas mais diversas formas) circulam.

inscrito nestes iniciais dez núcleos históricos classificados e convergir atitudes para o seu desenvolvimento, mesmo a longo prazo, obriga a muitos e detalhados esforços que têm que ser ponderados, demorados e vividos.

Em primeira instância enquanto se esboça uma definição do que se entende por “Conjuntos Históricos” para se melhor perceber o espaço de trabalho, salienta-se qual será o desempenho, controle público e administrativo na forma de gerir estes locais? e as suas diretrizes? para melhorar e criar conjuntos de atitudes sociais, económicas, culturais e políticas, fazemos referência às mais destacáveis, culminando estes processos com as medidas para um cuidado de descobrir, até onde e como o carácter intervencionista. No legado que é este património, esta forma de estar dos povos temos: “A consciência de que uma comunidade está inserida no próprio ambiente histórico, e aí pode viver ou assegurar a sua continuidade e desenvolvimento, de um modo preciso, tem que ser encarada numa variedade de aspetos espirituais, intelectuais, económicos e materiais que caracterizam essa comunidade. Isto significa que não só a arte, a literatura, mas também as formas de vida, direitos fundamentais e sistemas valorativos ou tradicionais são considerados.”¹³ Assim, ocorre-nos uma constatação do que entendemos como valores patrimoniais significantes desde o objeto urbano, criador de um discurso inscrito no somatório por partes, até aos contextos como significados do resultado do todo, do conjunto.

Valores patrimoniais - A consciência destes núcleos históricos

O objeto urbano em si mesmo	<p>Todos os núcleos históricos¹⁴ expõem cinturas muralhadas com torreões e castelos medievais pelo seu interior, sendo o seu acesso feito por portas fortemente protegidas. Os pelourinhos quinhentistas ocupam o largo público da cada aldeia, para a exaltação da justiça, onde na maior parte dos casos estava a Casa da Câmara e Cadeia.</p> <p>De notar a localização da igreja matriz ora como mais um elemento aglutinador destes largos públicos, ora colocada num outro largo separado, e o surgimento assim de vários largos estruturadores dos espaços urbanos: desde o de cariz popular, público, judicial, administrativo até ao de teor religioso.</p> <p>As casas sempre articuladas em dois ou mais pisos rematadas por alpendres e balcões, sendo o espaço de habitar no piso superior, encerram uma materialidade encorpada, densa e com solidez pétrea que lhe é conferida pelos próprios materiais de construção, o granito mas, também pela textura e valor cromático de uma rugosidade e sensação tátil áspera coroada pelas cores bege e cinza agastadas pelo tempo, a pátina, que o tempo teima em silenciar...</p>
O objeto urbano em si mesmo	<p>Os eixos estruturadores das malhas urbanas estão identificados, na maior parte dos casos, onde a trama histórica está menos alterada, pela existência da Rua Direita que normalmente serve o largo do pelourinho e Casa da Câmara e a Igreja, obviamente uma coerência entre os espaços e os edifícios de maior importância, segundo um elemento condutor que, vence a escalada de cotas na topografia,... traçados orgânicos medievais.</p>
Contextos	<p>Em termos históricos estes nove núcleos históricos (sem Piódão) reúnem a mesma génese que lhes deu corpo e existência por razões da pertença e de territorialidade, agregavam dentro de si e, nas suas imediações as habitações populares medievais num cariz de proteção que, acabou por moldar estas manchas edificadas de uma forma concentrada, com unidade e coerência formal.</p> <p>O valor ambiental é uma matriz segura de sensações não adulteradas pelos conteúdos urbanos, quer a nível da componente paisagística, quer na essência da apreensão sensitiva dos espaços e usufruição dos mesmos.</p> <p>A imaterialidade, é emergente nas tradições populares e festividades religiosas, num <i>modus operandi</i> muito característico destes lugares onde as conversas são feitas na soleira das portas por grupos de pessoas ao longo das ruas ou, num banco público, como é o caso de “banco da paciência” em Monsanto, outro nome não lhe ficaria melhor, associados a uma gastronomia e artesanato muito próprio, dão corpo às raízes destes povos e destes lugares.</p>

¹³ UNESCO, Conferência General de 1982 e UNESCO, Politiques Culturelles, Paris, 1979.

¹⁴ Piódão, É o único núcleo histórico que não reúne estas condições, sendo integrado nas aldeias históricas pelo seu valor de conjunto e unidade arquitetónica ímpar.

Deste modo se conclui que os centros históricos são portadores de valores formais, estéticos, artísticos e sensoriais, onde se deve integrar elementos distintos de um todo unificado dando lugar a uma unidade coerente. Não são só os monumentos mais importantes que terão de ser os contemplados mas também os conjuntos históricos¹⁵ que constituem os aglomerados e povoações tradicionais juntamente com a envolvente natural, ambiental e construída, que evidencie uma nova cultura urbana, num conceito amplo e integrado onde a reabilitação e preservação destes núcleos se entenda dentro de uma planificação urbana e de Ordenamento do Território, que se orienta no que podemos sintetizar na formulação que se expõe, a baixo, na seguinte “matriz de consolidação patrimonial”:

O PATRIMÓNIO: Matriz de Consolidação Patrimonial

$$\frac{(\text{forma } \times \text{ identidade e imaterialidade}) + (\text{função } \times \text{ identidade e carácter})}{(\text{usufruição e qualidade})} =$$
$$= \text{Matriz de Consolidação Patrimonial}$$

é o mesmo que:

$$\frac{(\text{fm } \times \text{id} + \text{imt}) + (\text{fc } \times \text{id} + \text{crt})}{(\text{U } \times \text{H} + \text{qld})} = \text{Património}$$
$$= \text{MCP} = \text{Património}$$

A forma (fm) e a função (fc) quando potenciadas com critério concorrem par uma consolidação patrimonial que se revê na sua imaterialidade (imt), identidade (id) e o seu carácter (crt) intrínseco, mas que só pode viver na sua plenitude da usufruição (u) com o Homem (H), e na qualidade (qld).

Este património encerra em si uma responsabilidade grande. Os valores patrimoniais lidam com o passado nos nossos dias e afiguram-se como o único “veículo” capaz de transportar estes espaços / lugares para patamares sustentados no presente e oferecidos ao futuro, transformando este exercício na sua matéria-prima.

Para que este fenómeno tenha consciência efetiva do seu desempenho, legitimando-se nos seus fins, é necessário que se entendam, e se situem os seus objetos de estudo – os lugares – sob várias perspetivas que passam pelo que designamos de dimensão de perceções espaciais, estes patamares são diferenciados e expostos conforme o entendimento que fomos colhendo nestas aldeias históricas e que se resumem da seguinte forma;

¹⁵ Os Conjuntos Históricos estão encarados segundo uma atribuição de valores, no caso Português, segundo a sua especificidade. Pode-se esboçar a sua diferenciação dos conjuntos segundo espécies que os constituem nos seguintes termos: Centros Históricos Urbanos, Núcleos Monumentais inabitados, Núcleos Urbanos do Séc. XX, Industriais tipificados, Aglomerados Rurais Tradicionais, Núcleos populacionais Piscatórios, Bairros Típicos, Bairros Sociais de Propostas Inovadoras, Pátios Urbanos, etc.

Na dimensão cultural do espaço/lugar; a cultura define-se por si com valores muito próprios. Significam um conjunto normativo de práticas e conhecimentos que perfazem os contornos do perfil de uma forma de ser e viver destes centros históricos e os respetivos elementos agregados. A cultura surge nos manifestos sociais, que são uma sociabilização dos comportamentos, opção de escolha de valores dos indivíduos, moldando-lhes a personalidade e regrado-lhes o comportamento, aqui sempre num conteúdo próximo da familiaridade. Desta forma qualquer gesto e atitude de um indivíduo é a expressão e a imagem da cultura do mesmo e do seu agregado.

Este sistema de valores varia segundo as culturas tais como: a localização geográfica, as relações e entendimento de “aberto e fechado”, de uma porta, que para estes habitantes está “aberta” na disponibilidade, comunicação e sentido de comunidade “familiar”. Para muito poucos está “fechada”, passível de proteção, organização, privacidade e resultado de inseguranças.

Na habitação, a sua dimensão cultural, pode basear-se na centralidade e seu encerramento, o espaço doméstico é individual e sagrado, a casa é voltada para o seu interior, com fachadas cegas. É o caso do ambiente Islâmico. Ou no contexto japonês a conceção do espaço é definido por estruturas semirrígidas, paredes móveis e divisórias polivalentes, sendo a relação interior / exterior encarada de uma forma não rígida.

No nosso ambiente, inclusive nos espaços estudados, por comparação, é o contrário. Na região Beirã o tipo de habitação mais frequente são as denominadas “casas serranas”¹⁶. Estas são compostas de dois pisos de planta quadrada ou retangular, forte transição interior / exterior: no espaço, na luz, cor e até sensações olfativas, tudo encerrado por paredes maciças e grossas, de estrutura rígida e simples, com materiais pesados, os paramentos exteriores são a pedra de granito ou xisto, surgindo pequenas aberturas nestes de comunicação e ligação ao exterior deixando a sensação de que o clima severo desta região marca indelevelmente o carácter frio e austero destas construções, onde os seus espaços têm uma disposição muito simples.

Numa breve caracterização tipológica constatamos que no rés/chão, na grande parte dos casos, existe a “corte” do gado e no andar superior, que tem o acesso por escadarias de pedra, uma ou duas divisões (cozinha com lareira e quarto ou alcova).

O telhado¹⁷ é de duas águas ou de quatro águas, coberto com telha caleira, placas de xisto ou lousa, segundo a sua localização geográfica, surgindo em vários exemplos chaminé rudimentar.

Os materiais de construção utilizados são o granito e o xisto, e em alguns casos sem rebocos. O xisto apresenta-se sob a forma de pequenas lajes, tendo ombreiras e padieiras de madeira ou granito e os cunhais das paredes em blocos de granito. Salienta-se no tipo das escadas exteriores, que dão acesso, nestes casos, ao primeiro e único andar surgir alpendres que protegem a entrada da habitação, em alguns casos são apenas varandas cobertas com balaustrada, por vezes em madeira, denominadas “balcões” que serviam, muitas vezes, se sequeiro para milho e frutos.

Em termos de dimensão social do espaço; esta é sempre ligada à dimensão cultural. Um espaço, o seu equipamento e a sua utilização são regidos por comportamentos e atividades

¹⁶ Ver o “Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa”, feito em todo o território português, entre 1955 e 1960, a Zona 3, das Beiras, foi objeto de estudo de arquitetos coordenado pelo Arquiteto Keil do Amaral, sendo seus colaboradores os arquitetos José Huertas Lobo e João José Malato.

¹⁷ Em muitos casos, e quanto mais recuarmos no tempo, nas casas mais antigas, observamos que a chaminé não existe, e acontecia um processo de saída de fumos entre as telhas, num telhado sem revestimento interior. Só mais tarde, e já no século XX, se começou a fazer, em certos casos, ventilações e chaminés para os fumos da lareira.

ligadas a sistemas de valores, daí notar-se uma relação entre organização do espaço e o comportamento social. Esta dimensão social do espaço fica assim apreendida segundo quatro grandes aspetos.

O aspeto social como espaço tempo que difere do espaço de trabalho ou, do espaço de repouso. Aqui o espaço é alargado, central gravitando com o religioso (junto da Igreja matriz) em que as atividades, de carácter público, comunitário e lúdico ligam uma comunidade que se reúne para o efeito.

O espaço de habitar e a sua função em que esta define e especifica cada momento e enquadramento das necessidades diárias que garantam o natural uso e desempenho das tarefas necessárias para o ato de habitar.

O espaço social como integrador, ou que exclui o indivíduo, a hierarquização do espaço por categorias sociais que originam fronteiras físicas, simbólicas e psicológicas podendo ser controlado e dividido, pelo poder e status, aqui essencialmente personificados na figura do padre, do professor e do regedor, este abre o edifício da Junta em certos períodos da semana para tratar de processos essencialmente cívicos.

O aspeto, dos processos psico-sociais do espaço, a organização espacial exprime o sentido de lugar, a forma, a disposição, escala e centralidade de um aglomerado de casas, os seus arruamentos e largos, implicam uma forma de estar. O espaço que concentra estas características, ou parte destas, como o caso dos largos junto ao castelo e pelourinho destes núcleos históricos, é apreendido segundo quadros e cenários mentais¹⁸.

A comunidade e os seus indivíduos familiarizam-se e afeiçoam-se aos espaços, esta afeição é uma personalização do espaço, e o faz seu, materializando todo um universo mental. Esta apropriação não é pré-determinada pois a comunidade age sobre o espaço, impondo-lhe marcas e valores culturais, onde se estabelecem laços comunitários de confraternização, expressões tradicionais, e a harmonia agradável do espaço edificado conferem valor de, ... património.

Prof. Doutor, Jorge Ferreira Barbosa.
Junho de 2012

BIBLIOGRAFIA

- AA. VV., I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico, Santarém, C.M. Santarém, 1994.
- BLUMER, H., *Perspective or Method*, Ed.: Prentice Hall, Englewood Cliffs, 1969.
- BRANDI, Cesare, *Il Restauro, Teoria e pratica 1939-1986*, Compilação de Michele Cordaro. Roma: Editori Riuniti, 1996., F., *Les Premiers Travaux de la Commission des monuments historiques*, Paris, Picard, 1980.
- CARO, Carlos Martinez, *Arquitectura Urbana, elementos de teoria y deseño*, 2ª Edición, Libreria Editorial Bellisco, Madrid, 1990.
- CCDR CENTRO, *Programa das Aldeias Históricas de Portugal, Comissão de Coordenação da Região Centro*, 2.ª Edição, Setembro de 1999.
- CHASTEL, André, *La notion de patrimoine, Les lieux de mémoire*, dir. Pierre Nora, La Nation, Vol.II. Ed: Gallimard, Paris, 1986.
- CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Ed: 70, Lisboa, 2000. Título original: *L'Allégorie du Patrimoine*, Éditions du Seuil, Paris, 1982, 1996, 1999.

¹⁸ Ver In "Arquitectura Urbana", Caro, C. Martinez y De las Ribas, Juan Luis, (1990, 76:77).

- CHOAY, Françoise, Sept propositions sur le concept d'authenticité, em Nara Conference on Authenticity, Japan, 1994, UNESCO/ICCROM/ICOMOS. Trondheim: Tapir Publishers, 1994.
- CONVENÇÕES Internacionais, in Informação para Proteger (compilação interna), Instituto Português do Património Arqueológico e Arquitectónico, Direcção Geral de Lisboa, 1994.
- GIBSON, William, Neuromancer, 1. Ed. New York: ACE Books, 1984.
- Neuromancer. Trad. de Maya Sangawa e Silvio Alexandre, São Paulo: Aleph, 1991.
- MATTOSO, José (et al.), História de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, Direcção de José Mattoso, 8 vol., 1.ª edição para a língua portuguesa, 1992.
- NUNES, Alfredo; TÁVORA, Fernando e Outros, Arquitectura Popular Portuguesa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1998.
- PLATÃO, O Banquete, Coleção Pensadores, São Paulo, Ed. Abril, 1972.
- PORTAS, Nuno, Pasado, Presente y Futuro de las ciudades patrimonio da la humanidad, em Urbanismo y conservación de ciudades patrimonio de la humanidad. Cáceres, 1993.
- REGIONALIZAÇÃO e identidades locais, Preservação e reabilitação dos Centros Históricos, em Actas do IV Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico, Oeiras, 21-23 de Novembro. Lisboa, Ed: Cosmos, 1997.
- RIBEIRO, Orlando, Opúsculos Geográficos – Estudos Regionais, VI Vol., Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 1993.
- TÁVORA, Fernando, (1962), Da Organização do Espaço. Colecção: Textos Teóricos 1, 2ª Edição, 1982. Porto: Edições do Curso de Arquitectura da E.S.B.A.P.

Bibliografia básica específica, fontes documentais e arquivos consultados na elaboração e explicação dos significados e definições

- AA. VV, *Compilação de conferências apresentadas no Seminário “A Intervenção no Património, Práticas de Conservação e Reabilitação, com os apoios, entre muitos outros, Ordem dos Arquitectos – Seção Regional Norte, FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.*
- BNL – *Biblioteca Nacional de Lisboa.*
- IGESPAR – *Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.*
- RODRIGUES, Maria João; SOUSA, Pedro Fialho de; BONIFÁCIO, Horácio M.P., *Vocabulário técnico e crítico de arquitectura. Coimbra: Quimera, 1990.*

JORGE FERREIRA BARBOSA

Natural de V. N. de Gaia, Doutor em Arquitectura na vertente do património arquitectónico e histórico pela Universidade de Sevilha, ETSA. Membro de I&D do CITAD, professor auxiliar nas faculdades de Arquitectura e Artes das Universidades Lusíada. Docente em Unidades Curriculares com regência tais como: Arquitectura, Projeto, Urbanismo, Planeamento Regional e Urbano, Edificações, Ambiente e Sustentabilidade na Arquitectura. É júri a trabalhos de investigação científica com defesa pública, quer como arguente, orientador ou presidente aos mesmos. Realizou e concluiu trabalhos de investigação científica, sobre as “Aldeias Históricas de Portugal”, 2000-02, sob a orientação do Prof. Arquitecto Fernando Távora.

Participação como moderador ou orador em congressos. Máster em “Gestión del Patrimonio Histórico” - Universidade de Salamanca, Espanha, 2000, Bolseiro da Fundação Rei Afonso Henriques, aqui, como arquitecto convidado e responsável na realização de trabalhos inscritos no projeto: “Identificación, Evaluación y Análisis de Recursos del Patrimonio Histórico en el Corredor del Rio Duero”, Dep. de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea da Universidade de Salamanca, no âmbito do “Programa Terra”, com trabalhos: “La catalogación de la arquitectura modernista (Arte Nova) y arquitectura racionalista (Estado Novo), de la ciudad de Oporto y zona metropolitana”.

Atividade regular como arquitecto, com projetos licenciados e construídos.